



RESOLUÇÃO CONFIT Nº 035/2025

“Dispõe sobre a aprovação da versão 01.00 dos referenciais de documentos administrativos e decisórios para a condução de processos de responsabilização regidos pela Lei Federal nº 8.666/1993 no âmbito da Prefeitura Municipal de Aracruz.”

O CONSELHO MUNICIPAL DE FISCALIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA - CONFIT, órgão deliberativo e permanente, responsável pela orientação e organização dos serviços afetos à Controladoria-Geral do Município de Aracruz e às atividades e conduta dos Auditores de Controle Interno, no uso de suas atribuições contidas no art. 19, *caput* c/c art. 21, inciso IX da Lei Municipal nº 4.155, de 22 de dezembro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovada a versão 01.00 do referencial de documentos administrativos e decisórios para a condução processos de responsabilização da Lei Federal nº 8.666/1993 no âmbito da Prefeitura Municipal de Aracruz, na forma do Anexo Único.

Parágrafo único. O controle de versionamento e a publicação dos documentos referidos no *caput* caberá ao Conselho Municipal de Fiscalização e Transparência.

Art. 2º Os responsáveis pela condução de processos de responsabilização da Prefeitura Municipal de Aracruz poderão submeter propostas de aperfeiçoamento do referencial de documentos administrativos e decisórios à Corregedoria.

§ 1º Caberá à Corregedoria a análise preliminar das propostas referidas no *caput* e a submissão ao Conselho Municipal de Fiscalização e Transparência em caso de concordância.

§ 2º Caberá à Corregedoria a difusão das práticas e o constante aprimoramento do referencial de documentos administrativos e decisórios para a condução de processos de responsabilização regidos pela Lei Federal nº 8.666/1993.



Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Aracruz/ES, 16 de dezembro de 2025.



Luís Fernando Mendonça Alves
Presidente do Conselho



Adriana Soares Alves
Membra



Lucas Dias Noronha
Membro



Thainá Machado Vassoler
Membra



Vítor de Carvalho Vecchi
Membro



Anexo Único

Referencial de Documentos Administrativos e Decisórios

para a condução de Processos de Responsabilização
Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993

| Versão 01.00



SUMÁRIO

MODELO 1 - MANDADO DE INTIMAÇÃO DO LICITANTE OU CONTRATADO(A) PARA APLICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA, MULTA OU SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO	3
MODELO 2 - MANDADO DE INTIMAÇÃO DO LICITANTE OU CONTRATADO(A) PARA DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO.....	4
MODELO 3 - EDITAL DE INTIMAÇÃO DO LICITANTE OU CONTRATADO(A) PARA APLICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA, MULTA OU SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO	5
MODELO 4 - EDITAL DE INTIMAÇÃO DO LICITANTE OU CONTRATADO(A) PARA DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO.....	6
MODELO 5 - DECISÃO PARA APLICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA, MULTA OU SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO	7
MODELO 6 - DECISÃO PARA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO	8
MODELO 7 - EXTRATO DA DECISÃO.....	9

**MODELO 1 - MANDADO DE INTIMAÇÃO DO LICITANTE OU
CONTRATADO(A) PARA APLICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA, MULTA OU
SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E
IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO**

MANDADO DE INTIMAÇÃO

A(o) Sr(a).

Considerando os fatos apurados no âmbito do *[Processo Licitatório nº [Número]/[Ano] ou Contrato nº [Número]/[Ano]]*, fica V. S^a INTIMADO(A) para, querendo, **apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, a contar da data desta intimação, nos termos do art. ... do Decreto Municipal nº ...

A defesa deverá ser protocolada por meio de processo eletrônico ou diretamente no Setor de Protocolo situado na Casa do Cidadão (Rua Padre Luiz Parenzi, nº 710, Centro – Aracruz/ES), e endereçada à Comissão Permanente Processante, acompanhada de documentos e justificativas que entender pertinentes.

Decorrido o prazo fixado sem a apresentação de defesa, o processo terá regular prosseguimento, com a declaração de revelia, nos termos da legislação aplicável.

Aracruz/ES, ... de de 20...

(Nome e assinatura do Presidente/Membro da Comissão)
Presidente ou Membro

**MODELO 2 - MANDADO DE INTIMAÇÃO DO LICITANTE OU
CONTRATADO(A) PARA DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA LICITAR
OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO**

MANDADO DE INTIMAÇÃO

A(o) Sr(a).

Considerando os fatos apurados no âmbito do *[Processo Licitatório nº [Número]/[Ano] ou Contrato nº [Número]/[Ano]]*, fica V. S^a INTIMADO(A) para, querendo, **apresentar defesa no prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data desta intimação, nos termos do art. ... do Decreto Municipal nº ...

A defesa deverá ser protocolada por meio de processo eletrônico ou diretamente no Setor de Protocolo situado na Casa do Cidadão (Rua Padre Luiz Parenzi, nº 710, Centro – Aracruz/ES), e endereçada à Comissão Permanente Processante, acompanhada de documentos e justificativas que entender pertinentes.

Decorrido o prazo fixado sem a apresentação de defesa, o processo terá regular prosseguimento, com a declaração de revelia, nos termos da legislação aplicável.

Aracruz/ES, ... de de 20...

(Nome e assinatura do Presidente/Membro da Comissão)
Presidente ou Membro

**MODELO 3 - EDITAL DE INTIMAÇÃO DO LICITANTE OU
CONTRATADO(A) PARA APLICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA, MULTA OU
SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E
IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO**

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Considerando os fatos apurados no âmbito do *[Processo Licitatório nº [Número]/[Ano] ou Contrato nº [Número]/[Ano]]*, fica **INTIMADA** a pessoa *jurídica ou física [Razão Social]*, CNPJ/CPF sob o nº *[Número]*, na qualidade de *[Licitante / contratado(a)]*, para, querendo, **apresentar defesa escrita no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados da publicação deste edital, nos termos do art. ... do Decreto Municipal nº .../...

A defesa deverá ser protocolada por meio de processo eletrônico ou diretamente no Setor de Protocolo situado na Casa do Cidadão (Rua Padre Luiz Parenzi, nº 710, Centro – Aracruz/ES), e endereçada à Comissão Permanente Processante, acompanhada de documentos e justificativas que entender pertinentes.

Decorrido o prazo fixado sem a apresentação de defesa, o processo terá regular prosseguimento, com a declaração de revelia, nos termos da legislação aplicável.

Aracruz/ES, de de 20...

(Nome do(a) Presidente da Comissão)

Presidente da Comissão Permanente Processante

**MODELO 4 – EDITAL DE INTIMAÇÃO DO LICITANTE OU
CONTRATADO(A) PARA DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA LICITAR
OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO**

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Considerando os fatos apurados no âmbito do *[Processo Licitatório nº [Número]/[Ano] ou Contrato nº [Número]/[Ano]]*, fica INTIMADA a pessoa *jurídica ou física [Razão Social]*, CNPJ/CPF sob o nº *[Número]*, na qualidade de *[Licitante / contratado(a)]*, para, querendo, **apresentar defesa escrita no prazo de 10 (dez) dias**, contados da publicação deste edital, nos termos do art. ... do Decreto Municipal nº ...

A defesa deverá ser protocolada por meio de processo eletrônico ou diretamente no Setor de Protocolo situado na Casa do Cidadão (Rua Padre Luiz Parenzi, nº 710, Centro – Aracruz/ES), e endereçada à Comissão Permanente Processante, acompanhada de documentos e justificativas que entender pertinentes.

Decorrido o prazo fixado sem a apresentação de defesa, o processo terá regular prosseguimento, com a declaração de revelia, nos termos da legislação aplicável.

Aracruz/ES, de de 20...

(Nome do(a) Presidente da Comissão)
Presidente da Comissão Permanente Processante

**MODELO 5 – DECISÃO PARA APLICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA, MULTA
OU SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E
IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO**

DECISÃO

Trata-se de processo administrativo instaurado com fundamento *no(s) art(s). [Número]* da Lei Federal nº 8.666/1993, destinado à apuração de suposta infração *contratual ou editalícia* praticada por *licitante/contratado(a)*.

Consta dos autos que *[Resumo dos fatos apurados, do relatório da comissão e da manifestação da defesa, se apresentada]*.

Analisados os autos, verifica-se que *[Fundamentar a infração: ex. houve atraso injustificado, descumprimento contratual, apresentação de documentação falsa, etc.]*, configurando infração ao disposto no *[Indicar dispositivo da Lei Federal nº 8.666/1993 e do contrato ou edital]*.

Diante do exposto, **decido aplicar ao(à) *licitante/contratado(a)* *[Razão Social]*, *inscrita(o) no CNPJ ou CPF sob o nº [Número]* a sanção de *[Advertência / multa / suspensão temporária]*, nos termos do art. 87, inciso *[Número]*, da Lei Federal nº 8.666/1993**, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Cientifique-se o(a) interessado(a) da presente decisão, com a devida abertura de prazo recursal de **5 (cinco) dias úteis, nos termos da alínea “f” do inciso I do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/1993**.

Publique-se o extrato da decisão no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo (DOM - AMUNES).

Aracruz/ES, de de 20...

(Nome e assinatura do Secretário Municipal)
Secretário(a) Municipal de ...

MODELO 6 – DECISÃO PARA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

DECISÃO

Trata-se de processo administrativo instaurado com fundamento *no(s) art(s). [Número]* da Lei Federal nº 8.666/1993, destinado à apuração de suposta infração *contratual ou editalícia* praticada por *licitante/contratado(a)*.

Consta dos autos que *[Resumo dos fatos apurados, do relatório da comissão e da manifestação da defesa, se apresentada]*.

Analisados os autos, verifica-se que *[Fundamentar a infração: ex. houve atraso injustificado, descumprimento contratual, apresentação de documentação falsa, etc.]*, configurando infração ao disposto no *[Indicar dispositivo da Lei Federal nº 8.666/1993 e do contrato ou edital]*.

Diante do exposto, **decido aplicar ao(à) *licitante/contratado(a)* *[Razão Social]*, *inscrita(o) no CNPJ ou CPF sob o nº [Número]* a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Cientifique-se o(a) interessado(a) da presente decisão, com a devida abertura de **prazo de 10 (dez) dias úteis, para pedido de reconsideração, nos termos do inciso III do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/1993.**

Publique-se o extrato da decisão no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo (DOM - AMUNES).

Aracruz/ES, de de 20...

(Nome e assinatura do Secretário Municipal)
Secretário(a) Municipal de ...

MODELO 7 – EXTRATO DA DECISÃO

EXTRATO DA DECISÃO

O **Secretário Municipal de ...** decidiu, nos autos do Processo nº *[Número]* pela aplicação da sanção de *[Advertência / multa / suspensão temporária / declaração de inidoneidade]* ao(à) *licitante/contratado(a)*, ***[Razão Social]***, inscrito(a) no CNPJ/CPF sob o nº *[Número]*, com fundamento no art. 87, inciso *[Número]*, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Aracruz/ES, de de 20...

(Nome e assinatura da autoridade instauradora)

Secretário(a) Municipal de ...

Nota Explicativa: As Secretarias deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), assegurando a observância dos princípios da finalidade, adequação e necessidade no tratamento de dados e adotando, quando cabível, a pseudonimização de dados pessoais.

